

CIDADES BRASILEIRAS: COMO SE REPRODUZEM, QUEM SÃO OS ATORES SOCIAIS E AS PRINCIPAIS FORMAS DE USO.

IVALDO DO NASCIMENTO BORGES

Mestrando em Geografia, Universidade Estadual de Campinas
Graduado em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz
evaldoborges@uol.com.br

GILMAR ALVES TRINDADE

Doutorando em Geografia, Universidade Federal de Sergipe
Prof. Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz – Msc
Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais
ga.trindade@uol.com.br

RESUMO

A cidade é o *locus* da produção, concentração de pessoas e também lugar da divisão econômica e social do trabalho. Se a ótica de análise da cidade estiver centrada em seus diferentes períodos da história, verificaremos que a evolução, desde a antiguidade até os dias atuais, não se deu de forma contínua, mas marcada por períodos de expansão e encolhimento desses espaços. Vários campos das ciências humanas e sociais já se debruçaram sobre a cidade na tentativa de melhor compreendê-la, provavelmente com a intenção de otimizar seu uso e melhor projetá-la. No Brasil a história de evolução das cidades é muito recente, por mais de quatro séculos a vida da população brasileira esteve mais intimamente ligada ao campo que com a cidade. Além da produção agrícola tipo *plantation* adotada pelo Brasil, os núcleos, vilas e povoamentos demandaram de certas condições para que as populações viessem a ocupá-los e estes passassem dessa condição à cidades metropolitanas ou cidades de médio e pequeno. As discussões aqui estabelecidas referem-se à forma de uso, de como esses espaços se constroem, quais são seus atores sociais, como surgiu a cidade e qual sua importância no processo histórico de socialização da vida humana. No entanto, a intenção deste trabalho não é de responder a esses questionamentos nem esgotar esse assunto, tendo em vista a complexidade do tema, mas tentar contribuir com as discussões fazendo algumas revisões bibliográficas e tecendo algumas considerações.

Palavras-chave: cidade, formas de uso, espaço urbano, produção, consumo.

CIDADES BRASILEIRAS: COMO SE REPRODUZEM, QUEM SÃO OS ATORES SOCIAIS E AS PRINCIPAIS FORMAS DE USO.

1. Introdução

À proporção que aumenta as aglomerações humanas nas cidades, cresce o interesse no estudo das cidades, evidenciando que elas estão no centro das discussões atuais. Vários campos das ciências humanas e sociais já se debruçaram sobre a cidade na tentativa de melhor compreendê-la, provavelmente com a intenção de otimizar seu uso e melhor projetá-la. As discussões normalmente estabelecidas na Geografia referem-se à forma de uso, de como as cidades se constroem, quais são seus atores sociais, como surgiu a cidade e qual sua importância no processo histórico de socialização da vida humana.

A intenção neste trabalho não é de responder a esses questionamentos nem esgotar esse assunto, tendo em vista a complexidade do tema, mas tentar contribuir com as discussões fazendo algumas revisões bibliográficas e tecendo algumas considerações. Para tanto, faz-se necessário entender o conceito de cidade. Carlos, (1999a p.26) em uma de suas análises escreve que:

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de realizações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória.

Esta é uma visão contemporânea e atualizada sobre a cidade, mas será que a cidade em sua origem já trazia todos os elementos e significados citados pela autora?

A gênese das cidades, segundo Mumford (1998) está associada a fatores naturais, como o curso dos rios e a disposição do relevo. Provavelmente as primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia (área compreendida entre os rios Tigre e Eufrates) por volta de 3500 a.C.; atribui-se, associado a este fato, a passagem do modo de vida nômade para a vida sedentária onde o homem passou a domesticar plantas e animais e aos poucos, o guerreiro e caçador passou a ser o líder e protetor espiritual dos demais membros. Ou seja, na formação dos primeiros aglomerados humanos o poder e a estratificação social tornaram-se traços marcantes na estrutura das cidades.

As mais antigas cidades tinham em comum, além da localização nos vales de grandes rios, uma organização dominante, de caráter teocrático (o líder era rei e chefe espiritual), e um traço na estrutura interna do espaço: a elite sempre morava no centro (SPOSITO, 1998 p.18).

Havia uma ideologia única e predominava não formas de vida contraditórias, mas uma aceitação de suas condições, a elite que administrava e governava e os demais que produziam e obedeciam.

Se a ótica de análise estiver centrada na cidade em seus diferentes períodos da história, verificaremos que a evolução, desde a antiguidade até os dias atuais, não se deu de forma contínua, mas marcada por períodos de expansão e encolhimento desses espaços. Com a queda do Império Romano e a invasão árabe no século VII, as cidades perderam a sua característica de centro do poder político concentrador de pessoas.

A consequência mais marcante da queda do Império Romano foi sem dúvida, a desarticulação da rede urbana. Na medida em que não havia mais um poder político central, as relações interurbanas enfraqueceram-se e em certas áreas desapareceram, pois caíram por terra as leis que davam proteção ao comércio em todo o Império. (SPOSITO, 1998 p.26).

No Brasil a história de evolução das cidades é muito mais recente, por mais de quatro séculos a vida da população brasileira esteve mais intimamente ligada ao campo que com a cidade. Além da produção agrícola tipo *plantation* adotada pelo Brasil, os núcleos, vilas e povoamentos demandaram de certas condições para que as populações viessem a ocupá-los e estes passassem dessa condição à cidades metropolitanas ou cidades de médio e pequeno.

Somente a partir do século XIX, quando alguns empresários do café e imigrantes, que eram artesãos e dominavam algumas técnicas de produção, passaram a investir na produção industrial. Como a indústria é uma atividade econômica de vocação urbana e depende de mão-de-obra, essas atividades comerciais nas cidades começam a capturar pessoas que anteriormente viviam da zona rural. No século XX por volta de 1960 a população urbana se intensificou gerando um fenômeno citado pelos especialistas como “explosão urbana”.

As cidades brasileiras sem distinção crescem e se desenvolvem segundo um “modelo geográfico de crescimento expirado” definido por Santos (1993 p. 09), onde o desordenamento dessa forma de crescimento é a causa e efeito da especulação e trazem um arcabouço de situações complexas que estimulam o estudo das relações urbanas.

2. Desenvolvimento

2.1 A geografia e o estudo da(s) cidade(s)

As grandes cidades brasileiras surgem no litoral e também as primeiras sedes do governo Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), marcando assim uma apropriação do território que partiu da costa e foi adentrando o continente. A intenção era formar núcleos e explorar todos os recursos e espaços possíveis. Da vegetação original que havia restou pouca coisa, isso demonstra que a apropriação humana num processo de urbanização na maioria das vezes traz consequências danosas para a natureza. Para Souza (1999 p.12)

A cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico.

Será que podemos afirmar que a cidade é a negação da natureza? Da natureza física? Ou o que ocorre é uma superposição de elementos? O homem se apropria dos recursos naturais, por conta das suas necessidades. O uso de alguns espaços na construção das cidades não pode ser encarado meramente como negação da natureza, afinal de certa forma as cidades dependem da natureza para sobreviver. A cidade do Rio de Janeiro pode ser tomada como exemplo de que os espaços naturais e as edificações estão interligadas. No período do Segundo Reinado a floresta da Tijuca já tinha sido praticamente dizimada, a retirada da vegetação comprometeu os mananciais e a cidade começou a sofrer com a falta de água, D. Pedro então autorizou o reflorestamento da área. Além de garantir o fornecimento de água a floresta cooperou para uma melhor qualidade do ar na cidade do Rio de Janeiro. Hoje o Parque Florestal da Tijuca, tido como reserva da biosfera, convive com os outros espaços da cidade, neste caso a floresta faz parte da cidade, é a cidade resguardando parte do que restou da natureza outrora “natural”.

Santos (1994 p.119) afirma, em outras palavras, que a cidade passa a ser, cada vez mais o espaço produtivo, onde as pessoas se concentram mais. “A cidade se torna ainda um meio de trabalho para a maior parte da população ativa e o meio de existência para a maior parte das pessoas”. Analisando o processo de êxodo rural ocorrido nos últimos 50 anos no Brasil, podemos dizer que concordamos integralmente com a citação

do autor, pois houve uma inversão na relação campo-cidade, a população brasileira se tornou em sua grande maioria urbana.

A cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promoveram estas transformações (SPOSITO, 1998 p.11).

Alguns estudiosos afirmam que para compreendermos o presente se faz necessário estudar o passado. Em sua obra “Capitalismo e Urbanização” Sposito, faz uma reflexão breve sobre o processo de formação das cidades dando a entender que o conceito e a forma de analisar as cidades como um todo deve ir para além da paisagem, ultrapassando o que os nossos sentidos possam perceber, sem a recuperação histórica dos acontecimentos é possível que incorramos no erro de estudar recortes da realidade e chegar apenas no aspecto formal das cidades.

É preciso considerar todas as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais, que no correr do tempo, constroem, transformam e reconstróem a cidade, se queremos entendê-la na dinâmica de um espaço que está em constante estruturação, respondendo e ao mesmo tempo dando sustentação às transformações engendradas pelo fluir das relações sociais (Sposito, 1998. p.09).

Há diversas formas de se interpretar a cidade, é evidente que a ótica de estudo imprimida por cada pesquisador trará diferentes concepções sobre a cidade, mesmo assim esta continuará sendo a cidade com seus conflitos, comércios, casas, caminhos, signos; onde a competição, a fluidez e as pausas, engendram a condição de existência e reprodução da própria cidade.

2. 2 Processo de (re)produção do espaço urbano.

Freqüentemente, fazemos confusões sobre o que é urbano e o que é a cidade. Mesmo estando tão intimamente ligados e não ser possível que haja um sem haver a outra, ainda assim trata-se de duas coisas distintas. A cidade deve ser entendida como o visível, o concreto, à semelhança da metrópole apresentada por Carlos (2000 p. 79):

A metrópole aparece aos nossos olhos de forma caótica, de um lado, com um amontoado de casas, prédios, viadutos, praças: espaço construído; de outro com o movimento de veículos, pessoas, das mercadorias, marcando um ritmo febricitante.

É a visão da cidade por sua forma concreta, física. Já o espaço urbano é tido como a materialização das relações estabelecidas na cidade. De certa forma não é

possível fazer um estudo sobre a produção e reprodução das cidades sem que tratemos das relações aí estabelecidas.

Se a cidade é o *locus* da produção, concentração de pessoas e também lugar da divisão econômica e social do trabalho, o urbano pode ser encarado como processo de como se deu e como se dá essa produção, envolvendo o cotidiano das pessoas e também as relações históricas da sociedade, como cita Carlos (1994, p.85) “O urbano, como produto da produção e reprodução dos seres humanos, é produto histórico, ao mesmo tempo em que é realidade presente e imediata”.

Mas como o espaço urbano é (re)produzido? Poderíamos dar uma resposta simplista e dizer que o espaço urbano se (re)produz naturalmente pelos diferentes atores sociais e de acordo com as suas necessidades. Mas estaríamos utilizando um reducionismo de forma a comprometer o entendimento da questão aqui abordada.

Quando lançamos um olhar para a cidade podemos afirmar que ela se (re)produz de forma desigual, a própria hierarquia das cidades já demonstra essa desigualdade pela seletividade dos espaços, as cidades são compostas por um núcleo central, onde se concentra a maioria das atividades comerciais e algumas residências, fazendo um círculo concêntrico ao núcleo, estão os bairros centrais, logo depois obedecendo a uma mesma ordem estão os bairros pericentrais e logo depois a periferia. Se traçarmos um percurso do centro à periferia certamente verificaremos mudanças nos aspectos das edificações. Carlos (1994 p.82) vai ainda mais longe quando diz:

Fica evidente na paisagem, na diferenciação dos bairros, nos gestos, nos olhares, no silêncio, na expressão e no traço do rosto das pessoas a contradição entre a produção coletiva do espaço e sua apropriação privada, fundada na contradição capital-trabalho. Uma (re)produção espacial que se dá em função dos interesses, necessidades e objetivos de uma parcela da sociedade que personifica o capital e não a sociedade como um todo.

A nossa análise neste tópico está centrada no processo de produção urbana visto como um fenômeno recente, ou seja, dentro da perspectiva de produção capitalista onde a industrialização imprimiu uma nova lógica e conseqüente ampliação das cidades. Emerge neste contexto também os contrastes e conflitos em função do próprio sistema capitalista estimular a competição e as lutas de classes. “O urbano é fruto do desenvolvimento das forças produtivas que aí se desenvolvem plenamente, e mais especificamente na grande aglomeração, onde as condições gerais de produção encontram-se mais desenvolvidas” (CARLOS, 1994 p.101). É interessante observar

que o que foi anteriormente tratado como seletividade espacial pela diferenciação com que os espaços dentro da cidade são produzidos e utilizados, na avaliação da autora ganha uma outra dimensão. Os grandes aglomerados citados são as médias e grandes cidades, onde o maior fluxo de pessoas, transportes e serviços, contribuíram com uma maior produção e também com o agravamento das lutas de classes.

Em outras palavras e talvez de uma forma mais rebuscada, um outro autor também contemporâneo, faz alusão a como a produção se diferencia de um lugar para outro de acordo às demandas; segundo ele,

Num mundo onde a fluidez é indispensável às atividades mais poderosas e a gama de produções presentes num lugar se diferencia também por suas exigências de infra-estrutura modernizada e pela necessidade de fluidez, uma relação se estabelece, no conjunto do organismo urbano... na produção, no emprego, na circulação, na distribuição e no consumo (SANTOS, 2001 p.285).

Mas quais são afinal os agentes ou atores sociais que fazem e refazem as cidades e conseqüentemente o espaço urbano? Seriam todos os que nela vivem ou apenas uma parcela da sociedade? Não querendo adentrar muito nesta discussão, mas apenas pontuando, é conveniente utilizar os agentes sociais identificados por Corrêa em sua obra “O Espaço Urbano”, quando ele diz que os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos são os responsáveis pela produção e reprodução das cidades.

Para os proprietários dos meios de produção, a terra urbana tem um duplo papel: é o suporte físico para a instalação das atividades e também interfere na localização e no uso da terra por outros agentes sociais. Já os proprietários fundiários estão interessados na conversão da terra rural em terra urbana, como cita Corrêa (1989, p.16), “Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem maior renda fundiária (...) ou seja, têm interesse na expansão da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural”.

Corrêa (1989) identifica os promotores imobiliários como agentes que realizam entre outras coisas a comercialização ou transformação do capital-mercadoria (terrenos, residências, apartamentos e pontos comerciais) em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros. O Estado atua principalmente através da implantação de serviços de infra-estrutura e regulamentação no uso do solo urbano.

Vale ressaltar que o Estado, aqui citado, refere-se também a todas as instâncias do poder público e que, de alguma forma interferem nas demandas do uso e, portanto dos preços do solo urbano. Isto é claramente percebido nas palavras de Singer (1978, p. 34)

Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações.

Os atores sociais não atuam em separado na (re)produção das cidades mas sim de forma inter-relacionada, a exemplo podemos citar que quando o Estado dota de infraestrutura um determinado recorte do espaço urbano, rapidamente os agentes imobiliários passam a atuar sobre estas parcelas do espaço urbano e em alguns casos até antecipando-se e apropriando-se dessas áreas antes mesmo desses serviços de infraestrutura.

As transformações no preço de solo acarretadas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviços urbanos serão expandidas (SINGER, 1978. p. 34).

Entendendo ainda a produção das cidades assim como a sua organização, atrelada às formas de como o poder público atua, vale salientar que as políticas praticadas pelo Executivo e Legislativo dentro de uma lógica neoliberal, incluindo a privatização e a terceirização de alguns setores, atualmente estão expondo de forma mais expressiva os problemas das classes sociais menos favorecidas, geralmente moradores dos bairros periféricos.

A gestão do espaço urbano, no caso brasileiro, tem contribuído para acentuar esse estado de coisas, na medida em que,

O processo de organização do espaço urbano faz-se extremamente complexo, em virtude, especialmente, de se estar exposto a diferentes ideologias que periodicamente assumem sua gestão. Pode-se afirmar que o espaço urbano apresenta-se fragmentado em função de reproduzir a pluralidade de mecanismos que têm caracterizado as práticas de gestão efetuadas no Brasil (...) Na escala do município tem sido cada vez mais recorrente a prática de privatização de empresas de prestação de serviços, como saneamento e energia elétrica, executada pelo e Executivo e Legislativo municipais sem a realização de um amplo debate com os diversos segmentos sociais, (TRINDADE, 2001. p.28)

Quanto à questão dos grupos sociais excluídos, a forma de apropriação se faz contrariamente à dos detentores do capital. Subtende-se que os excluídos não possuam meios financeiros de aquisição de terrenos e residências tendo em vista que a maioria destes sobrevivem em condições precárias na cidade.

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidade de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distante do centro, e a favela (CORRÊA, 1989. p.29).

Dentre essas formas de ocupação citadas por Corrêa, a mais evidente nas grandes cidades é a favela que se dá pela ocupação de terrenos públicos, geralmente em áreas insalubres ou em terrenos privados. De qualquer forma esses agentes tornam-se modeladores do espaço urbano, obrigando o Estado a trazer infra-estrutura para essas localidades. A produção desse espaço representa a resistência e a sobrevivência dos grupos excluídos dentro das cidades.

2.3 Comércio e serviços produzidos e consumidos na cidade

Compreender as formas de como a cidade é produzida e consumida, é mergulhar na essência de sua dinâmica. Para tanto cabe avaliar os serviços prestados nos diferentes setores do comércio e entender também como as áreas dispersas da cidade conseguem ser integradas a esse comércio. Pintaudi (1999 p.145) afirma que: “analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre os espaços sociais”. Dando a entender que a ocupação espacial dessas formas comerciais define além das formas de uso do espaço o comportamento social. Ou seja, um estabelecimento comercial (loja de calçados, confecções ou material de construção) pode ser tradicional numa cidade e se manter durante muitos anos na mesma localidade, tornando-se ponto de referência e fazendo com que outras lojas do mesmo segmento se instalem nas suas proximidades, atraindo um maior número de consumidores.

Geralmente, nas cidades, existe uma lógica de espacialização para os diferentes segmentos. O centro, ocupado por atividades financeiras (agências bancárias, lotéricas, casas de câmbio, *factory* e financeiras diversas) além de lojas de confecções, calçados, eletrodomésticos, artigos e móveis para o lar e toda uma gama de serviços diversos relacionados às necessidades básicas de consumo. Já outros setores, como lojas de

construção, materiais elétricos, supermercados, concessionárias, postos de combustíveis, indústrias, autopeças, etc., encontram-se mais afastados, em alguns casos formando pólos, por concentrarem um número razoável de empresas do mesmo segmento. A verdade é que de alguma forma esses setores acabam sendo incorporados ao restante da cidade pelas vias de transportes e os fluxos gerados em função da demanda e das trocas.

A relação entre o produzido e o consumido nas cidades, que pode também ser chamado de práticas sociais, está também relacionada ao trabalho, ao lazer, ao estudo, ao ócio e às demais situações vividas no cotidiano. Pessoa, (2003. p.386) faz uma avaliação da vida cotidiana e do consumo dirigido e generalizado afirmando que:

Se observarmos com mais atenção nossas práticas sociais de *restauração* (as relativas ao sono e a alimentação: refeições, lanches e bebidas), *de informação* (conduzidas através dos *mass media* e dos cursos de atualização e “reciclagem”) e *de distração* (aqui incluídas as chamadas “Culturais” e as de entretenimento), chegaremos a conclusão de que também estas apontam no sentido da passagem para o cotidiano. Ampliam-se mais e mais os locais e os fluxos de circulação e de consumo material e imaterial.

Esses locais referendados pelas práticas sociais citadas pelo autor, no caso da restauração, refere-se aos hotéis, pousadas, restaurantes, bares e praças de alimentação, muitas vezes localizado nos shopping centers, lanchonetes em geral e até mesmo no espaço familiar. As práticas sociais da informação seriam todos os veículos de comunicação (jornais, editoras de revistas, redes de televisão e rádios) assim como os diversos cursos educacionais ou de capacitação profissional. Já as práticas de distração ou recreação estão relacionadas às diversas modalidades de cultura e lazer (cinema, teatro, clubes e parques).

A reflexão feita por Pessoa (2003) revela que os processos de produção e consumo podem ser analisados em escala global ou local, variando apenas a ótica de interpretação e as proporções.

Avaliando o processo de produção e consumo das cidades sobre a influência dos meios de comunicação e o maior acesso às tecnologias, é possível identificar que houve mudanças significativas nas sociedades.

Há uma nova racionalidade que está sendo imposta ao cotidiano como decorrência do desenvolvimento tecnológico, que permite a informação chegar a todos os lugares. (...) Essas mudanças invadem de modo inexorável a vida das pessoas. Para o homem comum significa a imposição de novos padrões de comportamento, novos valores, uma nova estética (CARLOS, 1999b. p. 173).

Associado a essa nova estética poderíamos citar a indústria da beleza que produz de cremes a remédios e comidas ditas “mais saudáveis”. A indústria do vestir, roupas e derivados e as academias de ginástica.

Segundo Carlos, (1999b, p.174) houve mudanças no tipo de mercadorias produzidas e vendidas nas cidades, enquanto antes eram vendidas mesas e cadeiras, hoje a sociedade é invadida por pacotes de informações:

Se por um lado assistimos à tendência da produção de bens imateriais, por outro se vende cada vez mais o espaço, inaugurando um movimento que vai do espaço do consumo (particularmente produtivo-aquele da fábrica que cria o espaço enquanto condição da produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias) ao consumo do espaço, isto é, cada vez mais se compram e se vendem pedaços do espaço para a reprodução da vida.

Neste caso, o espaço também está dentro do contexto do universo de mercadorias que se articulam com as necessidades imediatas, com isso criam-se cada vez mais mercadorias (espaços) que são de cunho estratégico e econômico.

Considerações finais

Com essa breve abordagem consideramos que as cidades brasileiras estão passando por um processo de maturação. Cada vez mais os problemas identificados nas metrópoles ou grandes cidades passam também a fazer parte da realidade das pequenas e médias cidades. A favela, a ocupação de áreas insalubres, a posse irregular de terrenos públicos ou privados e a violência urbana demonstram que as contradições e as dificuldades de convivência são indistintas ao tamanho das cidades.

Como vimos, a apropriação das cidades ocorrem por vários atores sociais que atuam de forma inter-relacionada, mas a presença dos grupos excluídos dentro das cidades mostra que o modelo socioeconômico capitalista adotado pelo Brasil e o uso dos espaços da cidade é seletivo é excludente e, portanto, gerador da pobreza e da maioria dos problemas sociais atualmente enfrentados.

Referências

CARLOS, A. F. A(Org) **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2000. 143p.

- _____ **A (RE)produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994. 304p.
- _____ **A cidade.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999a. 98p.
- _____ (org) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo, 1999b. 204p.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4ed. São Paulo: Ática, 1989. 94p.
- MUMFORD, L. **a cidade na história.** São Paulo: Martins Fontes, 1998. 498p.
- PESSOA, J. A. M. In: CARLOS, A. F. (orgs) **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2003. 430p.
- PINTAUDI S. M. In: CARLOS, A. F. (org) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo, 1999. 204p.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993. 155p.
- _____ **Por uma Economia Política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994. 145p.
- SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI,** Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.
- SINGER, P. In: MARICATO, E. (org). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial.** 2 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1982. 163p.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 9 ed. São Paulo: Contexto. 1998. 80p.
- SOUZA, M. A. A. de. In: VASCONCELOS, P. de A. et. al (orgs) **Novos Estudos da Geografia Brasileira.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999. 271p.
- TRIDADE, G. A. **A participação das Associações de Moradores na produção/gestão do espaço urbano em Itabuna.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Bahia, 2001. 113p.